

45 voltará, em 2016, a incluir o componente de saneamento. Luiz Henrique Noquelli
46 informou que o CFURH vai para o Estado de Mato Grosso e 50% vai para SEMA. José
47 Luiz Zoby comentou que as pequenas centrais hidrelétricas – PCHs não pagam
48 Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH. Cássio
49 Giuliani Carvalho, MME, esclareceu que a Lei 13360 de 2016 prevê que, na
50 renovação das concessões das PCHs, haverá pagamento aos municípios afetados de
51 50% do valor da CFURH das usinas hidrelétricas. Don Eaton, WCS Brasil,
52 questionou sobre o acesso as informações do relatório de diagnóstico consolidado.
53 José Luiz Zoby esclareceu que os presentes à reunião receberão o link para
54 acesso à documentação do plano de recursos hídricos. Débora Calheiros, FONASC,
55 comentou as limitações da avaliação em relação ao balanço hídrico quando não se
56 inserem as demandas do próprio ecossistema, que o trabalho deveria ter uma visão
57 mais abrangente em relação ao meio ambiente e em relação às mudanças climáticas.
58 Acrescentou que o turismo deve ter uma abordagem do turismo de pesca, citando
59 que trabalhos da Embrapa Pantanal mostram que a atividade gera mais emprego e
60 renda. Falou dos índices de usos no planalto, citando a importância da
61 preservação das APP' s. Raquel C. P. Santos comentou que a abordagem adotada
62 veio do diagnóstico preliminar, tendo sido atualizadas algumas informações.
63 Débora Calheiros pediu informação sobre os usos insignificantes da água. Raquel
64 C. P. Santos disse que isto foi contabilizado e que as mudanças climáticas serão
65 usadas na etapa de prognóstico do plano de recursos hídricos. Luciano F. Loubet,
66 Ministério Público do Mato Grosso do Sul, questionou o uso das informações sobre
67 áreas de preservação permanente – APPs, áreas de prioridades para preservação da
68 biodiversidade e ecossistemas aquáticos, e zoneamento ecológico-econômico – ZEE
69 do Mato Grosso do Sul. José Luiz Zoby esclareceu sobre áreas prioritárias
70 afirmando que existem diferentes graus de prioridade nestas áreas. Rosana M.
71 Evangelista afirmou que o plano de recursos hídricos tem o foco na água e que
72 mesmo sem a aparente integração com outros instrumentos de gestão ambiental, ela
73 deve acontecer. Fábio de Oliveira Roque, UFMS, comentou sobre a estrutura
74 agrária no Mato Grosso do Sul e registrou que existem mapas de restauração de
75 vegetação. Raquel C. P. Santos afirmou que está anotando as diversas sugestões e,
76 se possível, incorporará ao diagnóstico após análise. Raquel C. P. Santos
77 retomou a apresentação a partir da análise integrada. Registrou que foram
78 incorporadas as estimativas de cargas de agrotóxicos a partir da solicitação da
79 reunião anterior do GAP. Jeater M. M. C. Santos, UFMT, informou que
80 disponibilizaria dados de uso de agrotóxico na cultura do algodão, que é muito
81 intensiva. Luciano Furtado Loubet informou que existe estudo sobre agrotóxicos
82 em poços realizado pelo professor Pignati. Débora Calheiros ressaltou que
83 disponibilizou estudos sobre agrotóxicos dos quais alguns inclusive participou.
84 Foram realizados questionamentos adicionais sobre as fontes dos dados usados
85 para compor a agenda ambiental. Débora Calheiros e Eduardo Oliveira sugeriram
86 que a pontuação e os pesos fossem abertos para contribuição por diversos
87 especialistas, conforme sua área de conhecimento. Bernardete Sousa Sender
88 comentou que a agregação das ottobacias por UPHs, segundo os comentários
89 realizados, parece promover uma distorção. David Rocha, MMA, considerou
90 inadequado que os componentes tenham aspectos de potencialidade e fragilidade

91 que se sobrepõem. Raquel C. P. Santos comentou que não há sobreposição, mas uma
92 soma das variáveis que produz os resultados. Rosana M. Evangelista esclareceu
93 que a Engecorps irá reavaliar os resultados com objetivo de compatibilizá-los
94 com os comentários realizados pelo grupo. Ficou acordado que no prazo de 10 dias
95 para o grupo enviar as contribuições atendendo dois critérios, fundamentação
96 técnica e/ou incidência da mesma sugestão

97 **Informe sobre Hidrovia Paraguai**

98 Sirlea de F. F. Leal Moura, Ministério dos Transportes, convidou representante
99 do DNIT para prestar esclarecimentos a respeito da hidrovia. Antônio Caputo,
100 DNIT, informou que o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental –
101 EVETEA é um estudo e que a implementação da hidrovia vai requerer todos os
102 procedimentos de licenciamento ambiental e outras licenças. Informou que está
103 disponível para apresentar o estudo, quando tiver concluído. A previsão é de que
104 isso aconteça em um mês. Débora Calheiros ressaltou que, na década de 90, foi
105 realizado estudo de U\$ 11 milhões que contou com especialistas e indicou que o
106 tramo norte é muito sensível ambientalmente, acrescentando que o WWF também
107 realizou estudo que comprovou a fragilidade ambiental. Nesse sentido, questionou
108 a retomada dessa discussão. Antônio Caputo reforçou que o estudo é de
109 viabilidade e pode sinalizar para futuros interessados o potencial. Acrescentou
110 que serão realizados road shows para apresentação do estudo em Corumbá, Cáceres,
111 Campo Grande, Cuiabá e Brasília. Dariu A. Carniel comentou que assistiu uma
112 apresentação em que se propunha a adaptação das barcaças e sugeriu aguardar a
113 publicação da versão final do estudo. Luiz Henrique Noquelli convidou o DNIT
114 para apresentar o estudo na próxima reunião do GAP em 25 de maio. Antônio Caputo
115 colocou-se à disposição para esclarecimentos.

116 **Informe sobre a apresentação da EPE**

117 Cássio Giuliani Carvalho esclareceu que a taxa de referência da CFURH em 2017 é
118 de R\$ 72, que disponibilizará os normativos legais da CFURH e que a CFURH tem
119 destinação definida em lei. Sobre o ICMS ecológico acrescentou que, como imposto
120 não tem destinação fixa, carimbada, do recurso. Informou que a apresentação da
121 EPE não foi possível devido à coincidência com reunião do conselho de política
122 energética. Sobre o relatório do diagnóstico consolidado, comentou que o Plano
123 de Energia 2030 prevê o aproveitamento de até 70% do potencial hidrelétrico do
124 Paraguai por analogia com a bacia do Paraná que está muito antropizada. Isso
125 representaria acrescentar cerca de 1.000 MW, que representa o atendimento do
126 crescimento de apenas 1% do PIB, o que é muito pouco. Informou adicionalmente
127 que o MME não definiu nenhum aproveitamento na região como estruturante para o
128 futuro. Indagou se havia alguma demanda específica para a EPE. Débora Calheiros
129 perguntou sobre o uso de energia solar na região para substituir a utilização da
130 energia hidrelétrica. Cássio Giuliani Carvalho esclareceu que o setor busca
131 explorar ao máximo a disponibilidade e que os empreendedores assumem diferentes
132 riscos na geração solar e hidrelétrica. Com exceção das fontes hidrelétricas, as
133 demais fontes de geração de energia passam por processos de concorrência, sendo
134 vencedor quem oferece o menor valor. Comentou que considerava não ser viável
135 rediscutir os pesos relativos entre as variáveis das agendas temáticas do

136 diagnóstico consolidado e que isso deveria ficar restrito à revisão feita por um
137 grupo restrito de especialistas.

138 **A Água na Visão da População Indígena por Edimar Kajejeu**

139 Edimar Kajejeu, representante indígena do GAP, se apresentou como geógrafo,
140 representante do povo bororo, e relatou que, no seu trabalho final de graduação,
141 abordou a questão da saúde indígena. Informou sobre a população indígena no país
142 e, em seguida, se aprofundou sobre as etnias presentes na região hidrográfica
143 Paraguai e sua percepção sobre a água (Anexo 3). Ressaltou a necessidade de se
144 planejar na perspectiva do equilíbrio, desde das atividades produtivas e da
145 exploração dos recursos naturais até a proteção ambiental. Débora Calheiros
146 parabenizou Edimar pela apresentação e ressaltou preocupação com a
147 sustentabilidade da exploração da região hidrográfica com impactos inclusive na
148 saúde humana em função da aplicação de agrotóxicos. Perguntou qual a sua visão
149 em relação à exploração da hidrovía, os aproveitamentos hidrelétricos, entre
150 outros. Edimar Kajejeu considerou que a resposta dependeria da avaliação de
151 dados, que não estão disponíveis. Demonstrou preocupação com a sustentabilidade
152 do uso dos recursos naturais, em especial da água, no contexto do capitalismo em
153 que estamos inseridos. Luiz Henrique Noquelli sugeriu ao Edimar que enviasse
154 relatório técnico com suas contribuições para ser incorporado ao diagnóstico.
155 Pedro Jovem dos Santos Júnior, Federação de Pescadores Profissionais de Mato
156 Grosso do Sul, relatou que morava em uma ilha no rio Paranapanema e a operação
157 da usina hidrelétrica Capivara fez com que sua família ficasse desabrigada e
158 perdesse suas terras, fonte de renda familiar. Ressaltou sua preocupação com o
159 impacto que as usinas hidrelétricas produzem nas vidas dos atingidos.

160 **Diretrizes para Construção do Prognóstico pela Engecorps Engenharia S. A.**

161 Daniel Tha, Engecorps, esclareceu os limites da análise de cenários e o seu
162 objetivo (Anexo 4). Destacou os três cenários (tendencial, moderado e acelerado),
163 os horizontes de planejamento, sendo que o longo prazo alcança 2031, e as forças
164 que atuam. Ressaltou as incertezas associadas aos modelos que retratam os
165 efeitos das mudanças climáticas e relatou a abordagem que será adotada no plano
166 de recursos hídricos, que inclui o aumento da demanda de água para irrigação em
167 função do aumento da temperatura e incremento da carga de sedimentos em função
168 de chuvas mais concentradas. Comentou que a planície é muito menos suscetível,
169 em termos de disponibilidade de água, às variações climáticas do que o planalto.
170 Felipe Dias, SOS Pantanal, comentou que seria importante consultar o professor
171 Gilvan Sampaio que orienta pesquisa sobre mudanças climáticas e alterações do
172 uso do solo. Acrescentou a importância de consultar o professor Pierre Girard
173 que tem trabalho sobre a adaptação às mudanças climáticas para a bacia do Alto
174 Paraguai. Daniel Tha comentou que pretende trabalhar com um cenário específico
175 denominado contingência para as mudanças climáticas. Jeater M. M. C. Santos
176 sugeriu analisar a variabilidade da chuva na série de dados históricos de 40
177 anos dada a incerteza dos modelos. Raquel C. P. Santos solicitou que fosse
178 encaminhado comentários por escrito nos próximos 10 dias para que seja analisado
179 em conjunto com a equipe da ANA responsável pelos estudos hidrológicos. De Paula,
180 COINTA, registrou as mudanças de canais, associados ao clima, desde a época do

181 Rondon e questionou se seria possível incorporar essa análise. Daniel Tha
182 esclareceu que a modelagem do trabalho não é dinâmica. Raquel C. P. Santos fez a
183 leitura do estudo hidrológico realizado pela ANA que indicou aumento dos valores
184 das vazões mínimas e médias, enquanto não havia tendência nas máximas. Synara
185 Broch, UFMS, destacou a importância de incorporar os cenários dos planos de
186 recursos hídricos.

187 Marcelo Caetano Vacchiano, MPE MT, quis saber se os corredores ecológicos serão
188 considerados no estudo e se os comitês de bacia serão consultados. Raquel C. P.
189 Santos respondeu que será considerado no plano de ação e Rosana M. Evangelista
190 complementou que os membros dos comitês serão convidados para as reuniões
191 públicas.

192 **Relatório de Atividades do GAP em 2016**

193 José Luiz Zoby registrou que o GAP, em suas normas de funcionamento, estabeleceu
194 a obrigação de envio anualmente ao CNRH do relatório de suas atividades. Em
195 seguida, apresentou o relatório referente à 2016 e indagou se havia sugestões. O
196 relatório de atividades foi aprovado.

197 **Encaminhamentos**

198 – Engecorps fará a revisão do componente ambiental reavaliando os pesos
199 relativos, especialmente a variável de focos de calor e áreas prioritárias.

200 – MME disponibilizará normativos legais associados à CFURH;

201 – Sugestões de apresentação para a EPE poderão ser encaminhados à ANA para que
202 sejam transmitidas ao representante do MME;

203 – As contribuições do GAP ao relatório do diagnóstico consolidado serão enviadas
204 no prazo de 10 dias. Serão encaminhadas as contribuições indicando a
205 fundamentação teórica e a Engecorps avaliara a incidência das contribuições
206 semelhantes;

207 – GAP e convidados encaminharão à ANA estudos sobre mudanças climáticas
208 realizados na região e sugestões de abordagem.

209 – ANA se articulará para que o GAP mantenha informada a Câmara Técnica do Plano
210 Nacional de Recursos Hídricos e o plenário do CNRH sobre o andamento do plano de
211 recursos hídricos.

212 **Aprovação da ata da reunião**

213 Após a leitura da ata pelo relator do GAP, Felipe Dias, e incorporação das
214 sugestões, a ata da 10ª reunião foi aprovada.